

Lista de Documentos necessários para emissão de Certificado de Operador Portuário

Fonte: PORTARIA No- 111, DE 7 DE AGOSTO DE 2013

Publicado no Diário Oficial da união em 08/08/2013

Documentação de Pré-Qualificação

Documentos Iniciais (vide art 4º e 6º)

1. Formulário "Requerimento de Qualificação e Declaração de Responsabilidade";
2. Comprovante de pagamento de taxa do operador portuário qualificado o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais);

Capacidade Jurídica (vide art 7º)

3. Estatuto ou contrato social, consolidado e em vigor, com atividade de operador portuário definida no objeto social, devidamente registrado no órgão competente;
4. Comprovação da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
5. Decreto de autorização, devidamente arquivado, quando se tratar de pessoa jurídica estrangeira em funcionamento no País;
6. Certidão Negativa de Registro de Interdições e Tutelas dos diretores ou administradores titulares da pessoa jurídica ou de seus representantes legais;

Comentário: Retirada em cartório. Em síntese, a Certidão de Interdição e Tutela, é o instrumento legal, pelo qual terceiros podem saber se a pessoa (natural ou jurídica), detém algum tipo de restrição em sua vida, tais como: Interdição Civil, Tutela, Falência, Ausência, Insolvência, Interdição Criminal, Indisponibilidade de Bens, entre muitas outras formas e espécies de restrições.

Dos Sócios, gestores, represent. legais e responsáveis técnicos (vide art 7º)

7. Do representante: cópia (frente e verso) do CPF - Cadastro de Pessoas Físicas quando não constar o número de registro no documento de identidade;
8. Do representante: cópia (frente e verso) de documento de identidade com foto;

9. Do representante: cópia de procurações, quando aplicável;
10. Do representante: **Comprovação de endereço**, por cópia de fatura de prestação de serviço público (água, energia elétrica, ou telefone) referente, no máximo, ao segundo mês anterior ao do pedido de pré-qualificação.

Documentos de Comprovação Fiscal (vide art 8º)

11. Comprovante de pagamento da **contribuição sindical** obrigatória de que trata o Título V, Capítulo III, Seção I, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT (Decreto-Lei nº 5.452/1943);
12. Prova de situação regular quanto aos **débitos trabalhistas** (CNDT - Lei 12.440/2011 e Resolução TST 1.470/2011).
13. Prova de regularidade (**CND**) com as Fazendas **Federal, Estadual e Municipal** da sede da pessoa jurídica, na forma e validade da Lei;
14. Prova de situação regular perante a **Previdência Social (CND)**;
15. Prova de situação regular perante o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS-CND)**;
16. Prova de situação regular perante o **Programa de Integração Social (PIS)**;

Comentário: Para as empresas que recolhem PIS, apresentar os últimos 3 recolhimentos. Caso não recolha desconsiderar este item e ficará valendo somente a CND do FGTS.

Comprovação da Idoneidade Financeira (vide art 9º)

17. **Certidões Negativas de Pedidos de Falência** ou Concordata e de Ações de Execução Patrimonial, expedida pelos distribuidores de sua sede, com antecedência máxima de 45 dias;
18. **Certidões Negativas de Protestos de Títulos** de Cartórios de sua sede;
19. Declaração expedida pelo **OGMO** que ateste a inexistência de débitos relativos à manutenção do custeio desse órgão e de débitos trabalhistas e de encargos sociais dos trabalhadores portuários avulsos requisitados pelo interessado;
20. Declaração de inexistência de débitos financeiros expedido pela Administração do Porto - **APSFS (CND)**;

21. Comprovação de possuir Patrimônio Líquido de, pelo menos, R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais); quando o candidato a operador portuário for ocupante de instalação portuária na área do porto organizado, o valor do Patrimônio Líquido será o que foi exigido para assinatura do contrato de arrendamento ou de uso temporário dessa instalação;

Comentário: Fornecer documentos relativos ao último mês de fechamento contábil.

22. Referências bancárias expedidas por instituição de crédito, relativas à pessoa jurídica requerente e a seus representantes legais, podendo ser apresentadas referências bancárias dos seus titulares no caso de pessoa jurídica recém-constituída;

23. Declaração de empresa seguradora, demonstrando que a empresa candidata à qualificação tem capacidade para obter apólice do tipo Seguro Compreensivo Padronizado para Operador Portuário, conforme as normas da SUSEP - Superintendência de Seguros Privados, no valor mínimo de, pelo menos R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);

- a) O seguro de que trata este inciso será exigido **adicionalmente** ao seguro **devido por arrendatário** ou detentor de contrato de uso temporário de instalações portuária para as operações portuárias realizadas no interior dos respectivos recintos, podendo constar de apólice única desde que explicitadas as respectivas coberturas do recinto administrado.
- b) As apólices já contratadas pelos operadores portuários qualificados deverão ser corrigidas anualmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE), a partir da data de contratação da apólice original.
- c) A apólice de seguro deverá, obrigatoriamente, conter cláusulas de cobertura a danos ao patrimônio público portuário, ao meio ambiente e a terceiros.
- d) Em caso de parcelamento do prêmio do seguro, o operador portuário qualificado deverá encaminhar à Administração do Porto os comprovantes de quitação das parcelas, no prazo máximo de 10 (dez) dias de cada quitação.
- e) As apólices anuais contratadas deverão ser remetidas, por cópia, à Administração do Porto, como condição essencial para o exercício das atividades do operador portuário qualificado.

Documentos de Comprovação da Capacidade Técnica (vide art 10º)

- 24. Currículo resumido de dirigentes e responsáveis técnicos da interessada;
- 25. Compromisso de adotar programas de boas práticas, baseadas nos princípios dos programas de certificação das normas ISSO 9001:2000, NBR ISO 14001:2004, ISO 22000 e GMP Plus, e ISSO OHSAS 18001, relativos às atividades como operador portuário;

Comentário: Uma declaração que a empresa está buscando as boas práticas conforme as normas ISO, para sua futura certificação.

- 26. Cópia do documento de vínculo legal do responsável técnico com a requisitante, quando o responsável técnico não for sócio da aspirante à certificação de operador portuário;
- 27. Atestados de capacidade técnica que comprovem a aptidão do interessado ou de seu responsável técnico para desempenho das atividades de operador portuário, fornecidos por duas entidades idôneas vinculadas a estas atividades;

Comentário: Se a empresa já é ou foi operador portuário certificado pela APSFS, basta fazer uma declaração explanando desde que data já opera.

Caso seja um novo operador, deverá obter este atestado de outro porto ou outra empresa do setor onde desenvolve serviços.

- 28. Quando o exercício da atividade da requisitante exigir:
 - a) cópia do registro em agência federal ou órgão regulamentador, como, por exemplo, a Agência Nacional do Petróleo - ANP e a Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN; e
 - b) comprovação de possuir vínculo contratual legal com empresa ou técnico qualificado por programas de treinamentos de segurança para atuação em prevenção e no caso de acidentes, quando da movimentação de cargas especiais, como cargas perigosas, inclusive produtos químicos, e cargas de projetos.

- 29. Previsão das operações portuárias que eventualmente realizará com participação de mais de um operador portuário, inclusive a Administração do Porto;

Comentário: Com base no histórico de operação fornecer um relatório de possíveis operadores a serem utilizados.

30. **Descrição de sua estrutura de instalações**, recursos humanos e equipamentos, próprios e contratados, vinculados à atividade de operador portuário;
31. **Detalhamento de eventuais impactos ambientais**, incluindo o meio ambiente natural, artificial e do trabalho, decorrentes de sua atividade como operador portuário, as ações preventivas, sua capacidade de resposta e as ações em caso de acidente;

Comentário: Fazer um relatório descritivo do impacto da operação no meio ambiente as ações de prevenção e segurança.

32. Quando **pretender utilizar cais público** para a prestação de serviços de operação de guindaste, de qualquer tipo, na carga e descarga de embarcações, o interessado deverá:

- a) submeter à **aprovação da Administração do Porto as especificações técnicas do equipamento** e de seus implementos e, quando pertinente, laudo técnico que ateste a capacidade do cais em suportar o equipamento em suas condições de operação em capacidade máxima;
- b) apresentar sua **tabela de preços máximos de referência** para a prestação de serviços a outros operadores portuários, incluídos os apetrechos de carga de equipamentos auxiliares, spreaders , funis, caçambas automáticas (clamshells);
- c) submeter-se ao Regulamento de Exploração do Porto, não podendo recusar o fornecimento do serviço de operação de guindaste a outros operadores portuários, nas condições constantes de sua tabela de preços máximos de referência, nem desativar ou remover guindaste(s) sem o antecipado conhecimento da autoridade portuária.

Documentos Adicionais (vide art 16º)

33. Para manutenção de sua qualificação, os operadores portuários deverão apresentar, a cada período de 12 (doze) meses **relatório estatístico de movimentação** ou operações portuárias nos últimos 12 (doze) meses, sob pena de cancelamento do certificado;

Atenção:

Gentileza apresentar os documentos **nesta sequência** para melhor conferência dos requisitos.